

Contratações dos que foram convocados estão descartadas

O anúncio feito pelo governo do Distrito Federal de cortar gastos para não desprestigiar a Lei de Responsabilidade Fiscal preocupou o Sinpro e os alunos ainda sem professores. Com a determinação, fica prejudicada até mesmo a convocação de 77 professores e 88 orientadores anunciada na última terça-feira, que iriam suprir as carências definitivas, aquelas provocadas por aposentadorias e realocações para outros órgãos.

Segundo a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, essa contingência pode agravar a situação de falta de professores nas escolas.

— Relatamos à Secretaria de Educação a necessidade de concursos para determinadas áreas, com mais dificuldade de encontrar professores — diz, referindo-se a disciplinas como Matemática — Mas nos preocupa o fato de o governo falar em cortar gastos, incluindo

contratações. O que o governo vê como despesas a gente vê como investimento — protesta Rosilene Corrêa.

Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria de Educação, o secretário José Valente tem conhecimento do problema. Para contornar a situação, determinou uma supervisão em todas as 620 escolas públicas do DF para verificar a distribuição de carga horária dos professores e realocá-los onde haja necessidade. O trabalho começou em 14 de abril e deve terminar no próximo dia 13.

Uma equipe de 15 supervisores já percorreu 52 escolas e encontrou irregularidades que, sanadas, podem trazer mais professores para as salas de aula. Numa escola em Santa Maria, em vez de cumprirem carga horária de 30 horas-aula, dois professores faziam 25 horas-aula e um terceiro compensava essa

Os 77 professores e 88 orientadores convocados na semana passada não assumem

diferença cumprindo apenas dez horas-aula. Esse professor foi devolvido à regional de ensino, que tem 48 horas para realocá-lo em outra unidade de ensino onde falte professor. Além da busca de professores nas escolas, a caçada se estende aos postos administrativos. Apenas na semana passada, cerca de 40 professores foram retirados de funções burocráticas e retornaram às salas de aula, segundo a assessoria.

Menos aulas, menos saber

O prejuízo para os alunos sem professores no primeiro bimestre é

de difícil recuperação. Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria de Educação, o composto perdido é reposto pelo novo professor até o final do ano. Caso o tempo não seja o suficiente, os alunos fazem uma prova final apenas com o conteúdo ministrado até o momento. O restante é reposto no ano seguinte como readequação de conteúdo, o que é previsto pela Lei de Diretrizes e Bases.

Para o assessor de direção Castorino Alves, é possível recuperar o atraso, mas ele admite que a carência de professores deixa sequelas no processo de aprendizagem.

— Sempre há prejuízos, porque existe um déficit de hora-aula e o conteúdo acaba sendo passado de forma mais rápida — explica — Orientamos a reposição de todo o conteúdo, mas isso fica a critério do professor, que pode escolher ministrar apenas o conteúdo mais significativo ou mais adequado às necessidades de determinada comunidade. (N.M.)